

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 1º QUADRIMESTRE DE 2011 (maio/2010 a abril/2011)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	520.592.910,55	-
Pessoal Ativo	384.467.028,48	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	136.125.882,07	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.674.925,79	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.532.155,79	-
Decorrentes de Decisão Judicial	142.770,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	508.917.984,76	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	508.917.984,76	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	102.799.943.906,39
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,50%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,75% *	1.798.999.018,36
LIMITE PRUDENCIAL (par. único, art. 22 da LRF) - 1,66%	1.709.049.067,44
FONTE: Secretaria da Fazenda e SIAFEM	

* O Limite Legal de 3% (Art. 20, Inc. II, da LRF) foi proporcionalizado entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, conforme Decisão da Mesa nº 526/06, publicada no Diário Oficial do Estado em 21-06-2006.